

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO URBANA NO PAÍS DA
MEGADIVERSIDADE “AMAZÔNIA”****Maria Suely Silva Santos Guimarães*****RESUMO**

Amazônia, o maior ativo ambiental do Planeta. Temos o grande desafio de exercer gestão apropriada da abundância desse capital biótico e abiótico, um dos patrimônios mais valioso do mundo para onde se volta à utopia plausível que é a constante busca do desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social, ambiental e **cultural**. Diante desse desafio, buscamos relacionar aplicabilidade das políticas públicas à cerca do desenvolvimento sustentável em unidades de conservação Urbanas na Cidade de Manaus. Este trabalho aborda como as políticas influenciam e/ou são influenciadas em sua relação direta com a população do entorno das Unidades de Conservação.

ABSTRACT

Amazonian that has the planet's greatest environmental asset, has the huge challenge of exercising the appropriated management on it is biotic and abiotic plentifulness, one of the most valuable patrimonies of the world appealing to itself the plausible utopia that is the continual searching for development with economical, social, ambient and cultural sustainability. According to this challenge we look towards relating the public policies applicability in the sustainable development at urban conservation units in Manaus city. This work describes how are related the policies, that affect and/or are affected, considering their direct relation with there conservation units.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas verifica-se uma crescente preocupação com questões ambientais acerca da degradação do meio ambiente. As práticas não-sustentáveis de uso dos recursos naturais acarretam perda acelerada da diversidade biológica. O desenvolvimento sustentável foi institucionalizado como solução aos “problemas” causados pela ocupação humana em unidade de conservação (UC), um dos aspectos polêmicos para a gestão de áreas protegidas. No entanto a proposta de delimitação de áreas protegidas sem ocupação humana, na criação dos primeiros parques nacionais, foi gradativamente modificado principalmente pela inexorável presença da sociedade no espaço que se pretendia proteger.

A percepção da ocupação humana em áreas protegidas ocorreu via regulamentação e controle do uso dos recursos naturais, apesar de considerar um avanço, não se tem consolidado com eficácia essa ferramenta chamada planejamento de administração em

* Mestranda . Centro de Ciências do Ambiente. Universidade Federal do Amazonas
III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

Unidades de Conservação, isto é, o problema de execução das políticas públicas para a conservação da biodiversidade. Atualmente, a resposta dos diversos atores envolvidos com a gestão em unidades de conservação, refere-se à promoção do desenvolvimento sustentável.

Na Amazônia o processo ganhou impulso a partir da década de 60, quando o Estado priorizou o desenvolvimento para Amazônia, e formulou projeto regional que visava à integração econômica e espacial da Amazônia às demais regiões do País. O projeto tinha como base a percepção geopolítica de que a região continuaria estrategicamente vulnerável se permanecesse inabitada, e subutilizada economicamente. A Amazônia era então considerada como o “inferno verde” (Reis. 1960). As deficiências na aplicabilidade do plano e a insuficiência de estratégias políticas para alavancar as modernas pesquisas da ciência e tecnologia aos empreendimentos para a potencialidade da região, dificultaram e bloquearam o desenvolvimento regional, repercutindo nacionalmente. Fato esse que conspira contra o sucesso da implantação dos corredores ecológicos na Amazônia.

O governo federal, através de pontuais políticas públicas, vem contribuindo, de forma tímida, com o desenvolvimento da Amazônia. As características da região, como: área física, clima, fragilidade do solo, diversidade biológica, deficiência na interiorização industrial, são alguns dos fatores significantes para este problema.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS: estratégia para o desenvolvimento na Amazônia

O Estado do Amazonas, vem implementando programas para a consolidação das unidades de conservação através de manejo de recursos naturais, motivação e capacitação dos profissionais, injeção de recursos financeiros, diagnóstico socioambiental e agroextrativista, como base para o zoneamento em áreas protegidas, facilitando desta forma o monitoramento da Biodiversidade e Uso de Recursos Naturais.

Essa visão estratégica para a conservação da biodiversidade é uma forma de combater práticas ilegais. Nesse contexto as políticas públicas não somente no Amazonas mas em toda a Amazônia poderiam ser revistas a partir da riqueza em recursos naturais, mas também social que essa região apresenta, pois a existência da “desigualdade social acelera o processo de pauperização na região, impondo problemas que conseqüentemente leva a um tipo de desenvolvimento para a região”.(FREITAS. 2004, p 185).

O Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) vai lançar a campanha Chega de Unidade de Papel. A campanha defende a implementação das unidades de conservação já criadas, mas que ainda não "saíram do papel". Podemos dizer que nos últimos anos, saltos quantitativos foram dados, em especial no que se refere à consolidação de práticas e formulação de diretrizes que tratam a questão socioambiental de forma sistêmica e integrada, porém resultados qualitativos ainda não foram satisfatórios.

3 PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA GESTÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A discussão sobre as questões ambientais em unidades de conservação urbanas, é essencial, em função de promover a análise dos valores que sustentam a sociedade urbano-industrial e a refletir sobre o avanço do processo da interdisciplinaridade que abrangem os problemas da esfera comunitária.

No planejamento participativo, as necessidades da população devem ser privilegiadas durante a elaboração de planos de ação estratégicos que têm, em geral, resultados de longo prazo. São eles que elegem as questões prioritárias para alcançar a sustentabilidade, a qual não envolve apenas aspectos ambientais, mas também econômicos e, em especial o social. Desse processo, também participam instituições públicas e não-governamentais. A gestão ambiental facilita o processo de gerenciamento, proporcionando vários benefícios à população das Unidades de Conservação.

A implementação de Unidades de Conservação Urbana na Amazônia criadas no país a partir de meados da década de 50 tem sido um modelo de planejamento participativo, pois consideram fundamental a participação popular. O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) que, em 1981 tornou-se um instrumento de planejamento estabelecido pela Política Nacional de Meio Ambiente, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da Biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

4 A OCUPAÇÃO HUMANA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O primeiro estudo sobre unidades de conservação realizou-se na Escola de Chicago a partir de 1890 (Franco. 2006,p 94). “É fundamental enfatizar que a transposição do “modelo Yellowstone”, parque sem moradores”. Esse modelo tem sido bastante criticado no mundo inteiro, recriando uma dicotomia entre “povos” e “parques” pelo fato de ter sido considerado inadequado, pois se trata, de um modelo de parques sem moradores, mais tarde os movimentos sociais lutam por seus direitos de acesso a terra. A partir de então, países da América Latina vêm trazendo consigo graves conflitos sociais, culminando na "tragédia dos comunitários, que são expulsos de seus territórios pela implantação de grandes projetos (hidrelétricas, mineração etc)", e o agravamento da situação é mais forte quando estas áreas naturais passam a servir como locais de "turismo de aventura" e verdadeiros "paraísos" da especulação imobiliária.(DIEGUES. 2004).

No entanto os objetivos estéticos e científicos justificaram a criação das primeiras áreas protegidas, como os parques nacionais. No final do século XIX, considerados incompatíveis com a ocupação humana em seus limites (Brito, 2000).

Contudo Foladori afirma que.

O ser humano como espécie nunca se defronta com limites físicos; previamente, ocorrem enfrentamentos entre grupos e classes sociais. Não se trata de existir ou não limites físicos; para a prática humana, o problema não é esse, mas de contradições sociais que provocam diferenças de acesso à natureza e que podem conduzir, eventualmente, a catástrofes ambientais.

E ainda,

Portanto para responder à crise ambiental, há que se entender, primeiro, quais são as contradições das relações sociais de produção que provocaram. Ao insistir nos limites físicos, desvia-se a atenção do problema central, já que a crise ambiental, ainda que possa ser visível ou explicita um desajuste entre o ser humano e a natureza, é essencialmente uma crise das relações sociais entre seres humanos. (2001 p.137).

Portanto, mais do que simplesmente analisar os aspectos estruturais de parques e reservas, deve-se alertar para novos caminhos da conservação da natureza que levem em consideração os habitantes locais e a influência destes de maneira positiva na manutenção da diversidade biológica.

4.1 Gestão Ambiental: o novo paradigma

Gestão ambiental é um aspecto funcional da gestão de Unidades de Conservação, que desenvolve e implanta as políticas e estratégias ambientais.

Diversas Unidades de Conservação estão cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar um desempenho mais satisfatório em relação ao meio ambiente. Neste sentido, a gestão ambiental tem se configurado como uma das mais importantes atividades relacionadas com qualquer área do conhecimento. Além dessa ferramenta, a problemática ambiental envolve também o gerenciamento dos assuntos pertinentes não só ao meio ambiente, como também o econômico, o social e o cultural, por meio de sistemas de gestão ambiental, da busca pelo desenvolvimento sustentável, da análise do ciclo de vida das populações e da questão dos passivos ambientais.

5 ORGANIZAÇÃO SOCIAL LOCAL E O PARQUE ESTADUAL SUMAÚMA

A criação do Parque Estadual Sumaúma está inerentemente ligada à história e trajetória de formação da organização social dos moradores da Cidade Nova. Desde cedo o Parque representou um tema de interesse comum das associações presentes na região, e, mais do que isso, representou um elo de fortalecimento na relação das várias associações existentes, que coadunam interesses e ações para o atendimento de suas reivindicações a cerca da implementação desta unidade de conservação.

Pode-se dizer que existe na Cidade Nova uma rede interligada de vinte e sete associações, ligadas intimamente em torno de pautas intersubjetivas da comunidade local, que se agregam e se organizam conforme os contextos sóciopolíticos envolvendo não apenas a criação do Sumaúma, mas também em conformidade com temas de relevância comum para o desenvolvimento comunitário, como é o caso dos Agentes Ambientais Voluntários da Cidade Nova.

O envolvimento da comunidade local com a questão do parque propiciou a consolidação desta unidade de Conservação Urbana. Com o acionamento dos órgãos ligados ao Meio Ambiente Federal, Estadual e Municipal, ocorreu em 05 de setembro de 2003 a criação oficial do Parque Sumaúma, ficando responsáveis pelo gerenciamento o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, as Comunidades do entorno e ONGs e posteriormente o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

6 A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

A sustentabilidade econômica deve ser alcançada através do gerenciamento e alocação mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. A dicotomia que existe entre o uso de recursos naturais e a conservação do ambiente traz a preocupação em compreender como ocorre essa relação homem/ambiente em cada cultura (Diegues., 2004). Na Amazônia, a biodiversidade é um elemento fundamental, de caráter econômico, político e cultural, para as populações locais, pois representa uma única fonte de recursos para a sobrevivência (Lisboa., 2002).

A ciência se apropriou da palavra grega *systema* que significa reunião ou grupo, para designar um conjunto de elementos interligados de um todo, coordenado entre si, que funcionem de forma organizada. A partir da 2ª Guerra Mundial, a teoria dos sistemas, vem assumindo lugar de destaque em todas as áreas do conhecimento, tanto nas exatas quanto nas humanas, a ciência nos traz essa nova abordagem que é a da transdisciplinaridade, ou seja o encontro da ciência moderna com a tradicional.

Neste novo paradigma, Almeida (2002) diz que a idéia é de integração e interação, propondo uma nova maneira de olhar e transformar o mundo, baseada no diálogo entre saberes e conhecimentos diversos. No mundo sustentável, uma atividade – a econômica, por exemplo – não pode ser pensada ou praticada em separado, porque tudo está inter-relacionado, em permanente diálogo.

Como forma de explicitar essa inter-relação, observou-se estudos realizados em uma Reserva de Desenvolvimento sustentável, localizada as margens do rio Negro, próximo à Manaus-AM, onde mostra que é possível viver de forma harmonioso com a natureza. Como é o caso das comunidades de São João do Tupé e a Colônia Central, que apesar de usarem estratégias de sobrevivência diferentes, tendo em vista que uma se localiza em terra firme e a outra na beira do rio, conseguem manter o ambiente harmoniosamente em sintonia com o ser humano, concluindo-se que para criar uma “Reserva de Desenvolvimento Sustentável”, o planejamento Socioeconômico é a ferramenta principal, porém outros pontos relevantes devem ser considerados para converter as RDS de área de preservação biológica em espaços aptos para a vida humana, não só para o presente, mas também para as futuras gerações.

7 LUGAR DA AMAZÔNIA NO BRASIL

De acordo com posicionamento de estudiosos sobre a Amazônia, de varias áreas do conhecimento a,

Amazônia não é mais mera área de expansão da fronteira móvel, mas sim uma região em si, com base em dois argumentos: a nova feição da fronteira e os avanços regionais em termos econômicos, sociais políticos” (Becker. Berta. 2005, p 71).

Essa afirmação só será possível se o atual modelo de ocupação tradicional for reformulado. Não se pode encarar a Amazônia como uma região a ser explorada irracionalmente. O ordenamento Territorial através do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), pode ser a solução.

Segundo Becker,

A situação de conflito entre desenvolvimento e proteção ambiental transparecia nas políticas públicas da década de 1990 que eram, a um só tempo, expressão e indução do conflito. Por um lado, o Ministério do Meio Ambiente que fazia a política da proteção das florestas e, por outro lado, o Ministério do Planejamento e Orçamento, criando corredores de exportação. Evidentemente, os corredores de exportação coincidiam com os ecológicos.(Becker., p,80)

A partir de 1990, “Multiplicaram-se as unidades de conservação”, porém foram demarcadas terras indígenas e se criou o projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), uma iniciativa do Banco Mundial e do WWF para ampliar em 10% as áreas protegidas até 2010. Com isso, a Amazônia, em breve terá, mais de 30% do seu território em áreas protegidas, uma área equivalente ao território da Espanha.

Hoje, a Amazônia não é mais mera fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais, mas sim uma região no sistema espacial nacional, com estrutura produtiva própria e múltipla. Nela, a sociedade civil passou a ser um ator fundamental, tanto no campo como nas cidades, especialmente pelas suas reivindicações de cidadania, que inclusive influem no desenvolvimento sustentável.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abordado busca uma reflexão acerca das políticas publicas em Reservas de Desenvolvimento sustentável. – RDS e Unidades de Conservação Urbanas – UCUS. Essa idéia da proteção das florestas tem sido quase sempre pouco compreendida e implementada pelas políticas públicas e tomadores de decisão, tanto no âmbito local, regional e nacional.

A discussão hora exposta deverá servir para a compreensão das idéias e os impactos dessas idéias sobre a Amazônia, pois são muitas propostas de políticas de proteção aos recursos naturais, biodiversidade e patrimônio genético da floresta.

A criação de áreas protegidas gera novos desafios, um deles é incrementar as já existentes, principalmente fortalecendo políticas públicas para um plano de manejo mais eficaz. Medidas básicas de implementação em termos de monitoramento, controle, educação ambiental e desenvolvimento sustentável deverão ser tomadas. Devido ao grande tamanho e inacessibilidade dessas áreas protegidas, o desenvolvimento sustentável é um importante conceito de crescimento, presente no debate político internacional em especial quando se trata da Amazônia que é a principal referência da biodiversidade do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

Bio Tupé. Meio físico, diversidade biológica e sociocultural do baixo Rio Negro, Amazônia Central. INPA, 2005.

Becker, K. Bertha. Estudos Avançados, 53 Amazônia brasileira I. 2005

DIEGUES. Antonio Carlos Sant'Ana. **O Mito moderno da natureza intocada**. Ed. Hucitec Nupaub/Cec, São Paulo, 2004.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento Sustentável**. Campinas, São Paulo, Imprensa oficial, 2001.

FREITAS, M. **Amazônia e desenvolvimento sustentável**. Vozes, Petrópolis, 2004

FREITAS. M. **Amazônia e Desenvolvimento Sustentável: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer**. Vozes, Petrópolis, 2004.

MATTOS, Adherbal Meira. **Textos para discussão: Pacto amazônico; cooperação e integração**. Belém, Universidade Federal do Pará, 1982.

RANGEL, Alberto. Inferno Verde; cenas e cenários do Amazonas (Preambulo de Euclides da Cunha). Famalicão, Typographia.